



Cafeicultor: um produtor econômico racional¹

Uma das mais relevantes dificuldades para que os produtores rurais delineiem estratégias comerciais exitosas é a falta de hábito em monitorar seus custos de produção. Ao deixar de contabilizar adequadamente seus custos, torna-se praticamente impossível aferir se os resultados obtidos são ou não economicamente satisfatórios após concluída a comercialização.

Tendo tal premissa em tela, a equipe CATI/IEA responsável pela previsão de safra de café no Estado de São Paulo² decidiu inserir no questionário pergunta sobre qual o custo que o cafeicultor crê incorrer para a obtenção de uma saca de produto beneficiado (Tabela 1).

Tabela 1 - Modelo da Pergunta do Questionário, Previsão de Safra de Café, Estado de São Paulo, Julho e Agosto de 2010

Custo de produção	
Em sua opinião, quanto custou produzir 1 sc. de café beneficiado na última safra?	R\$

Fonte: Dados da pesquisa.

Com a aplicação dessa pergunta, os pesquisadores tiveram por intenção colher a resposta espontânea dos cafeicultores sobre a estimativa que possuem para os custos de sua exploração. Os resultados obtidos foram consolidados para as regiões, Estado e dimensão da área com café explorada pelos cafeicultores. Os custos médios unitários declarados foram convertidos em custos por área (multiplicando-os pela produtividade média), os quais permitem uma melhor visualização dos resultados obtidos (Tabela 2).

Tabela 2 - Custos Declarados por Porte do Cafeicultor, Estado de São Paulo, Agosto de 2010

Tipo	(em R\$)		
	Até 20 ha	De 20,1 a 100,0 ha	Acima de 100,1ha
Alta Mogiana de Franca	5.334,55	7.321,08	7.691,52
Mantiqueira de Bragança Paulista	4.865,66	6.722,04	7.110,30
Garça-Marília e Ourinhos-Avaré	5.277,30	5.890,50	6.923,55
Demais regiões	4.816,00	5.974,27	6.092,48
Estado ¹	5.152,26	6.681,16	7.429,54

¹Média estatisticamente diferente da probabilidade de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa.

As discrepâncias dos custos por área obtidos decorrem de diversos fatores, que contemplam desde características edafoclimáticas prevaletes em cada região de estudo, até o grau de adensamento em que as lavouras são cultivadas. Também, era esperado que os custos variassem com a dimensão e a modalidade de gestão conduzida na propriedade, ou seja, cafeicultores de perfil familiar (pequenas dimensões exploradas) com uma estimativa de custo menor que os empresariais (médias e grandes dimensões).

Os cafeicultores que dispõem de áreas acima de 100,01 ha, situados na região da Alta Mogiana de Franca, declararam possuir maiores custos de produção (R\$7.691,52/ha). Por outro lado, os cafeicultores das demais regiões do Estado com até 20 ha explorados com a cultura declararam os mais baixos custos por área, contabilizando apenas R\$4.816,00/ha. Aparentemente, tal patamar pode decorrer da pouca especialização na cultura e aplicação de técnicas de manejo agrônômico com baixa utilização de insumos modernos.

As médias de custo obtidas a partir do valor declarado pelos entrevistados encontram-se bastante aderentes aos resultados de levantamento efetuado pela Confederação Nacional da Agricultura - Projeto Campo Futuro³. Em Piraju e Altinópolis, duas regiões paulistas onde prevalece a cultura do café, os técnicos do projeto contabilizaram para a safra 2010/11 valores de R\$6.651,50/ha e R\$6.070,77/ha de custo operacional efetivo (COE), respectivamente. Os estudos de caso se basearam em propriedade de 50 ha e 20 sc./ha de produtividade em Piraju e 70 ha e 25 sc./ha em Altinópolis, correspondendo ao tipo segmentado dentro deste estudo entre 20 e 100 ha.

O percentual de cafeicultores entrevistados que informaram desconhecer os seus custos não foi expressivo, excetuando-se entre os cafeicultores acima de 100,01 ha de exploração. Entre esses produtores, o desconhecimento dos custos alcançou 14% dos entrevistados. Aparentemente, tal resultado decorre de a informação ter sido colhida entre os administradores e/ou gerentes, que evitaram revelar dados provavelmente considerados “sigilosos”.

Outro recorte possível para a apreciação dos dados coletados para a questão diz respeito à situação do cafeicultor quanto sua residência ou não no estabelecimento. Nesse caso, a hipótese do trabalho foi a de que os cafeicultores residentes possuem avaliação mais criteriosa dos custos incorridos na produção. Considerando o resultado médio para o Estado, o custo por hectare cultivado entre os cafeicultores residentes alcançou R\$5.471,95, enquanto entre os não residentes foi de R\$5.399,12. Portanto, a eleição do local de residência do cafeicultor como critério para a obtenção de melhores estimativas de seus custos não confirma a hipótese inicial, uma vez que os custos entre ambos os tipos são similares.

Constatar que os cafeicultores possuem precisa noção de seus custos permite uma compreensão mais objetiva da maneira com que se conduz seu trabalho. Ainda que muitas vezes não metodologicamente formalizado, os cafeicultores produzem cálculo econômico de seu esforço produtivo. Conhecer seus custos de produção significa que os cafeicultores encontram-se sensíveis às cotações prevalecentes no mercado⁴. Essa observação confirma a tese de Pastore (1968)⁵ em que os produtores respondem a preços e a oferta de alimentos no Brasil e poderiam encontrar solução por meio do funcionamento dos mecanismos de formação de preços do mercado.

Posicionar-se como um ofertante racional permite deduzir que, sob conjuntura de prolongada baixa cotação, ocorre a inibição das despesas variáveis (mensuradas pelo COE) com redução do emprego de tecnologia agrônômica nos talhões cultivados, deprimindo, conseqüentemente, a produtividade. Ademais, as políticas públicas precisam gerir a formação de seus preços visando conferir estabilidade econômica com a construção de horizonte de ingressos monetários positivos para a atividade.

Tal postulado não ampara as tentativas de tutela sobre o agronegócio café, mas procura enfatizar que os cafeicultores, ao exibirem racionalidade econômica refinada, demandam políticas públicas que lhe confirmem horizonte, mantendo-o como representante típico da chamada “classe média rural”. Assim, os preços mínimos de referência, além de cobrirem os custos operacionais efetivos desembolsados com a produção, precisam conferir uma vantagem financeira para que essa classe média rural não esteja permanentemente submetida à gangorra do mercado. Com o mercado em alta, os gestores públicos têm a possibilidade de desenhar tais preços com o cuidado de tomar como exemplos os cafeicultores mais adiantados tecnologicamente, selecionando, assim, variáveis como o grau de adensamento e o emprego de fertilizantes e corretivos de solo para servir de modelos de cafeicultura que se almejam: competitiva e de alta qualidade da bebida.

¹Estudo integrante do projeto CONAB/CATI/IEA, Carta Acordo n. 10.971/2010. Os autores agradecem a equipe da CATI que ativamente colabora com o êxito deste projeto.

²A metodologia para obtenção dos dados primários foi baseada em desenho de amostra probabilística estratificada dos informantes do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária 2007/08 (Projeto LUPA) (SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/08**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008).

³CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA. **Projeto Campo Futuro**. ago. 2010 (mimeo).

⁴As cotações do café lideram a alta observada para o conjunto de *commodities* transacionadas em bolsa com alta acumulada (para o arábica) superior aos 22% no ano e 34% nos doze meses contados entre agosto de 2009 e o mesmo mês de 2010 (LOPES, F. Clima e China dão o tom no mercado de grãos. **Valor Econômico**, São Paulo, 01 set. 2010. Agronegócios, Caderno B, p. 13).

⁵PASTORE, A. C. A resposta da produção agrícola ao preços no Brasil. 1969. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.

Palavras-chave: custo de produção, previsão de safra, políticas públicas.

Celso Luis Rodrigues Vegro
Pesquisador do IEA
(celvegro@iea.sp.gov.br)

Vera Lúcia F. dos S. Francisco
Pesquisadora do IEA
(veralfrancisco@iea.sp.gov.br)

José Alberto Ângelo
Pesquisador do IEA
(alberto@iea.sp.gov.br)

Liberado para publicação: 06/10/2010